

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

Este estudo integra a fase de planejamento do processo licitatório descrito a seguir, com o objetivo de assegurar a utilização eficiente dos recursos públicos e a efetividade dos serviços prestados pelo AMENT e CAPS do município de Dois Vizinhos. A finalidade é ampliar o número de consultas e contar com profissionais especializados, ausentes no quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O crescente aumento no número de pacientes que necessitam atendimento psiquiátrico. Este cenário reflete a intensificação das demandas por serviços de saúde mental.

O afastamento do único psiquiatra do quadro, aliado à ausência de profissionais classificados para assumir a vaga em concurso público, agrava a situação torna indispensável a contratação complementar de serviços especializados.

Situação crítica do quadro de pessoal, atualmente, contamos com apenas um médico psiquiatra efetivo, que está afastado por atestado médico sem previsão de retorno, inviabilizando a continuidade do atendimento e causando interrupções no acompanhamento dos pacientes de saúde mental. Apesar do recente concurso público para essa vaga, apenas dois candidatos foram aprovados, e ambos optaram por não assumir o cargo. Sem mais candidatos classificados, não há solução interna para atender à demanda.

Além de atender à população, a contratação de psiquiatras é crucial para viabilizar os recursos destinados ao AMENT e CAPS. Sem profissionais da área, existe o risco de suspensão dos repasses vinculados a esses programas, uma vez que o financiamento e o apoio financeiro contínuos dependem do cumprimento das exigências de atendimento especializado.

A contratação conta com respaldo legal no Artigo 199, inciso 1º da Constituição Federal, assim como no artigo 4º, inciso 2º da Lei Federal nº 8080/90, que fundamenta o procedimento nas normas de direito público, garantindo que o interesse coletivo se sobreponha ao particular. Neste contexto, a eventual empresa contratada se posicionará como prestadora de serviços à municipalidade, assegurando a continuidade dos atendimentos críticos.

Adicionalmente, o Acórdão 352/2016 – Plenário TCU reforça a possibilidade de credenciamento para a contratação de profissionais de saúde em situações de demanda superior à oferta ou quando não há viabilidade de competição para preencher as vagas. Este modelo permite a contratação de todos os profissionais interessados, mediante critérios objetivos e imparciais, para garantir uma distribuição adequada dos serviços.



A prestação de serviços psiquiátricos no CAPS e AMENT, portanto, visa organizar e otimizar o fluxo de atendimentos na Rede Municipal de Saúde Mental, atendendo à crescente procura e garantindo suporte qualificado à população de Dois Vizinhos.

Quanto à especialidade de psiquiatria, constam em fila de espera para atendimento em média 317 (trezentos e dezessete) pessoas. Ainda há um número expressivo de tentativas de suicídio no município, segue tabela abaixo com os dados:

Ano	Quantidade de violência interpessoal/ autoprovoçada
2021	197
2022	219
2023	159
Até 21/11/2024	234
Total de óbitos	35

3. **ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

O objeto da contratação não foi incluído no Plano Anual de Contratações de 2024, pois, com a realização do concurso público 001/2023, estimava-se que a demanda seria atendida por profissionais efetivos ainda naquele ano. No entanto, essa expectativa não se concretizou, o que gerou a necessidade de proceder com a contratação por meio de chamamento público após a publicação do PCA do Município.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Como requisitos da contratação de pessoa física serão exigidos os seguintes documentos:

Quando a contratação for feita com um médico psiquiatra na modalidade pessoa física, é necessário que o profissional apresente a documentação abaixo:

- CPF do médico.
- RG ou outro documento de identidade oficial com foto.
- Certificado de Registro e Inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição competente.
- Comprovante de regularidade com o Conselho Regional de Medicina (CRM), demonstrando que o médico está habilitado a exercer a profissão.
- Certificado de Título de Especialista (no caso de psiquiatria) Registro de Qualificação de Especialista (RQE)
- Comprovante de endereço.
- Declaração de que não está impedido de prestar serviços ao setor público, caso necessário.
- Certidão de débitos trabalhistas (CNDT) ou declaração de regularidade com a Justiça do Trabalho.



- Declaração de ausência de vínculos com o município caso a legislação exija.

No caso de contratação de um prestador de serviços médico-psiquiatra via pessoa jurídica, a documentação exigida pode incluir:

- CNPJ da empresa ou clínica.
- Inscrição Estadual ou Municipal (se aplicável).
- Certidão de Regularidade Fiscal com a Receita Federal, com a Fazenda Estadual e/ou Municipal.
- Alvará de Funcionamento atualizado (se for o caso de uma clínica ou estabelecimento).
- Contratos sociais da empresa, com as devidas alterações, se houver.
- Cópia do RG e CPF dos sócios (caso seja uma empresa).
- Certificado de regularidade do Conselho Regional de Medicina (CRM) dos médicos contratados.
- Documentação comprobatória de título de psiquiatra dos profissionais que atenderão no serviço. Registro de Qualificação de Especialista (RQE)
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- Declaração de que a empresa está regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A contratação será realizada com base no número de consultas, totalizando 2.400 (Dois mil e quatrocentos) consultas, considerando no máximo de 10 (dez) consultas diárias, cada uma com duração aproximada de 30 (trinta) a 40 (quarenta) minutos, em uma jornada de 8 (oito) horas. A previsão foi elaborada com base em 4 (quatro) semanas por mês e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano. Além disso, os valores estimados representam apenas uma previsão, não vinculando a Administração à contratação total desse montante.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

No ano de 2023, foi realizado um processo de concurso público com vaga para o cargo de médico psiquiatra; no entanto, a contratação efetiva não foi bem-sucedida em suprir a demanda existente, pois, embora todos os candidatos classificados tenham sido convocados, nenhum tomou posse. Atualmente, o município conta apenas com um profissional psiquiatra concursado, que está afastado por atestado médico sem previsão de alta, o que agrava ainda mais a situação.

A contratação de profissionais por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), embora seja um meio mais rápido, resulta em vínculos temporários, o que compromete a estabilidade e a continuidade do atendimento à população, aspectos essenciais na área de saúde mental. A assistência psiquiátrica exige acompanhamento prolongado e contínuo, com uma relação de confiança entre profissional e paciente e planejamento de longo prazo para intervenções e tratamentos adequados.



A desistência dos candidatos aprovados no concurso revela a baixa atratividade do cargo, mesmo com as garantias de estabilidade. Nesse contexto, o PSS, com vínculos temporários e menos estáveis, se torna ainda menos atrativo para os profissionais qualificados que buscamos.

Diante dessa situação, é urgente e indispensável a contratação de novos profissionais para garantir o atendimento psiquiátrico essencial à população de Dois Vizinhos, especialmente considerando a ausência de profissionais efetivos e a impossibilidade de preenchimento da vaga via concurso público. Assim, o PSS não se configura como uma solução viável para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento psiquiátrico essencial à população.

A contratação de profissionais para compor o quadro efetivo demonstrou-se ineficaz, e, em pesquisa realizada na região, constatou-se que outros municípios vêm adotando processos de chamada pública para o credenciamento de empresas para prestação desse serviço.

Adicionalmente, o município já possui um serviço especializado sendo prestado nas dependências do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e do Ambulatório de Saúde Mental (AMENT), que atende toda a população de Dois Vizinhos e tem capacidade para ampliar o atendimento a mais especialidades. Entretanto, a área de psiquiatria está prejudicada, uma vez que não há nenhum profissional disponível para atender nessa especialidade.

A contratação de serviços psiquiátricos visa complementar o atendimento à população, que tem enfrentado uma carência devido ao aumento da demanda por pacientes na rede de saúde municipal e à escassez de ofertas desses atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em nossa região de referência. Essa solução reduzirá o tempo de espera para a assistência ao usuário de forma eficaz, evitando o agravamento dos quadros de saúde dos pacientes.

Portanto, torna-se imprescindível e justificável a contratação, em caráter complementar, de serviços médicos especializados na área de psiquiatria, para atender às demandas do município de maneira adequada, garantindo a expansão do acesso à saúde. Isso possibilitará o atendimento aos pacientes que aguardam na fila de espera para consultas, bem como àqueles que já estão em tratamento, oferecendo maior conforto e agilidade.

O preço referenciado neste instrumento foi levantado por meio de pesquisa de mercado, considerando cinco valores de diferentes órgãos públicos, resultando em uma média de preços estimada, detalhada a seguir.

ORGÃO	VALOR DA CONSULTA	MODALIDADE	DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP
Prefeitura Municipal de Campo Alegre - AL	R\$ 165,00	Inexigibilidade	25/04/2024
Prefeitura Municipal de Currais Novos - RN	R\$ 207,02	Inexigibilidade	15/05/2024
Prefeitura Municipal de Araucária - PR	R\$ 284,00	Inexigibilidade	04/09/2024
Prefeitura Municipal de Pomerode - SC	R\$ 180,00	Inexigibilidade	22/08/2024



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto - MG	R\$ 161,66	Pregão	05/07/2024
MÉDIA			R\$ 199,54

Neste contexto, além dos preços obtidos em contratações realizadas por outros órgãos públicos, a aplicação do valor estimado justifica-se pelas necessidades do município e pelas limitações inerentes à realidade local.

É importante ressaltar que o Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde, elaborado pelo Ministério da Saúde, orienta que o gestor deve definir valores de referência para a remuneração dos serviços assistenciais de saúde, bem como estabelecer critérios para reajustes, condições e prazos para os pagamentos dos serviços faturados. Seleciona propostas que melhor atendam às necessidades públicas, otimizando recursos e serviços. Por isso o chamamento público é a modalidade mais vantajosa. O chamamento pode ser feito de acordo com a necessidade das unidades de saúde que utilizam o atendimento do médico psiquiatra, fazendo com que assim, as filas de espera zerem e o município consiga manter os atendimentos conforme a demanda.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para este chamamento é de R\$ 483.864,00 (Quatrocentos e oitenta e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais) ao ano.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução para a demanda em questão é a contratação de médico psiquiatra, na execução de serviços médicos, especificamente para a realização de consultas com profissionais capacitados na área de psiquiatria, por um período de 12 (doze) meses. Essa medida visa garantir a continuidade do atendimento à população, considerando o crescente número de pacientes aguardando consultas, a escassez de profissionais na área e o insucesso do concurso público realizado.

Diante deste cenário, é evidente que a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração é a contratação de profissionais por meio de credenciamento. Médicos terceirizados frequentemente possuem alto nível de especialização e podem oferecer serviços de qualidade conforme as necessidades da população. A terceirização pode ser mais econômica a longo prazo, pois reduz custos administrativos e operacionais, como encargos trabalhistas e benefícios permanentes.

Através da modalidade de credenciamento, assegura-se tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços, permitindo a negociação das condições de atendimento. Essa abordagem não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também possibilita à Administração fixar os valores que está disposta a pagar. Como os possíveis licitantes não competirão de maneira estrita, a competição fica inviabilizada, garantindo que todos tenham assegurada a possibilidade de contratação.



Portanto, essa sistemática pressupõe uma pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores, assegurando a adequada prestação do serviço e atendendo ao interesse público. Quanto maior o número de particulares interessados na execução do objeto, melhor será o atendimento das necessidades da população.

As despesas para a contratação serão fundamentadas em consultas de preços de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos, além dos valores registrados no Painel de Preços. Após a definição dos preços de referência, a contratação será conduzida com ampla participação, atraindo profissionais capacitados que atenderão às demandas do município.

Assim, conclui-se que a contratação para a prestação de serviços de psiquiatria sob demanda é a forma mais eficaz de suprir essa necessidade, garantindo um bom aproveitamento dos recursos públicos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Contratar uma pessoa física ou jurídica, médico especialista psiquiatra para assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento psiquiátrico. Ao invés de contratar um único profissional, a estratégia é implementar um sistema de rotatividade, onde diferentes profissionais qualificados possam atuar conforme a necessidade, garantindo uma cobertura abrangente e evitando sobrecarga de trabalho, para atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e no Ambulatório de Saúde Mental (AMENT). Neste caso, não haverá parcelamento por cotas.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A administração pública busca, por meio das contratações públicas, a parametrização dos atendimentos nas especialidades médicas, visando a equidade, a economicidade, a eficiência e a resolutividade. Com o credenciamento de profissionais na especialidade de psiquiatria, estima-se que será possível oferecer assistência integral nessa área, atendendo de forma mais eficaz às demandas da população.

Além disso, almeja-se garantir tratamento isonômico entre os proponentes, evitando contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução do contrato. O credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas assegurará uma contratação mais vantajosa para o município, prevenindo interrupções na disponibilidade dos serviços de saúde pública e garantindo um atendimento digno com profissionais suficientes para atender às necessidades da população.

Outro ponto relevante é que a administração não precisará repetir os procedimentos de seleção do mesmo objeto durante o período de vigência do credenciamento, podendo decidir rapidamente o melhor momento para a contratação, de acordo com a demanda.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde optou pela chamada pública como única alternativa viável para atender suas necessidades. Essa contratação garantirá a continuidade do atendimento já estabelecido em nosso município, além de ampliar o acesso à especialidade de psiquiatria, contribuindo para a



redução do número de pacientes na fila de espera por consultas. Dessa forma, serão asseguradas melhores condições de serviços de saúde aos nossos pacientes, promovendo a estabilidade das atividades desenvolvidas pelo setor responsável e proporcionando à população um atendimento mais adequado e de qualidade.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. Devido à natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Suplentes:	Rafael Dutra

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

As contratações pretendidas por meio deste Chamamento Público para Credenciamento e posterior ato convocatório não prevê contratações correlatas ou interdependentes, por tanto, tais contratações não se aplicam ao Edital de Credenciamento proposto por esta administração.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Não há impactos ambientais quanto a essa contratação

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Com base nas informações apresentadas, concluímos que é viável e necessário o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados, a fim de complementar o atendimento, tratamento e acompanhamento dos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso município.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de Credenciamento (Chamamento Público), com base no artigo 79 da Lei 14.133/2021 e DECRETO Nº 11.878/2024, através da prestação de serviços.



16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso **VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**

- Modalidade de licitação: Credenciamento (Chamamento Público);
- Critério de julgamento: Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, respeitada a ordem de credenciamento/habilitação, em que se define o valor a ser pago por consulta e o credenciado presta o serviço e recebe proporcionalmente as consultas efetivamente realizada, podendo também a administração, de acordo com o interesse público dividir valores, locais e horários conforme o número de interessados, sendo dada preferência às entidades Filantrópicas e/ou sem fins lucrativos na contratação, conforme Portaria 1034/2010 do Ministério da Saúde e alterações.
- O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como especiais, serviços cuja natureza ou complexidade exige um nível de especialização mais elevado. Esses serviços geralmente envolvem conhecimentos técnicos ou científicos avançados, e sua execução demanda profissionais ou empresas com qualificação comprovada e experiência relevante. A lei estabelece diretrizes para garantir a qualidade e a eficiência na prestação desses serviços, assegurando a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso **IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;**

Não se aplica.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso **X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;**

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso **XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá**



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público.

Dois Vizinhos, 06 de janeiro de 2025.

Claudete Meurer Gestora de Saúde
Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1

Suzana de Fátima Ribeiro
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20248-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 332D-197F-3D6C-5A8C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SUZANA DE FATIMA RIBEIRO (CPF 087.XXX.XXX-28) em 07/01/2025 09:13:46 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 07/01/2025 10:29:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 07/01/2025 14:53:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JAQUELINE CORDEIRO DOS SANTOS DE ALMEIDA (CPF 058.XXX.XXX-08) em 08/01/2025 09:38:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL DUTRA (CPF 010.XXX.XXX-28) em 09/01/2025 16:18:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/332D-197F-3D6C-5A8C>